

O Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA- no Brasil: agricultura, sociedade e democracia.

Cleber José Bosetti y Valdete Boni.

Cita:

Cleber José Bosetti y Valdete Boni (2017). *O Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA- no Brasil: agricultura, sociedade e democracia*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3432>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA– no Brasil: agricultura, sociedade e democracia

Cleber José Bosetti- E-mail: cbbosetti@yahoo.com.br. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC- Brasil

Valdete Boni. E-mail: Valdete.boni@uffs.edu.br. Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS- Brasil

Resumo: O MPA foi construído a partir de uma contraposição elaborada por camponeses e representantes sindicais em relação à política agrícola brasileira. Julgando-a inadequada para os segmentos familiares mais empobrecidos e contrapondo-se à ideologia de integração às engrenagens do agronegócio, o movimento passou a se organizar em torno da construção de uma perspectiva alternativa de desenvolvimento rural que contempla de forma integrada os problemas socioeconômicos rurais e urbanos. O MPA propõe o revigoramento das práticas e dos saberes camponeses como sustentáculo da produção para os agricultores de base familiar, aspectos que permitiram a conciliação do projeto político do movimento com a perspectiva agroecológica de produção. Este artigo procura interpretar o MPA a partir das ferramentas teóricas e metodológicas do paradigma dos novos movimentos sociais. Assim, problematizar-se-á quem são os atores envolvidos, as condições socioeconômicas e políticas para a emergência do movimento, o projeto político defendido, a construção da identidade sociopolítica e as disputas simbólicas envolvendo outras entidades representativas da agricultura de base familiar.

Abstract: The MPA was constructed with base on a counterpoint prepared by peasants and union representatives in relation to the Brazilian agricultural policy. Believing it to be inadequate for the poorer family segments and opposing the ideology of integration into the gears of agribusiness, the movement began to organize around an alternative perspective of rural development that contemplates in an integrated way the rural socioeconomic problems and urban. The MPA proposes to reinvigorate peasant practices and know-how as a support of production for family-based farmers, aspects that allowed the reconciliation of the political project of the movement with the agro-ecological perspective of production. This article tries to interpret the MPA from the theoretical and methodological tools of the paradigm of the new social movements. Thus, it will be questioned who are the actors involved, the socioeconomic and political conditions for the emergence of the movement, the political project defended, the construction of the socio-political identity and the symbolic disputes involving other entities representative of family-based agriculture.

Palavras chaves : Movimento Social, Campesinato, Agroecologia.

Key Words: Social Movement, Peasantry, Agroecology



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Introdução

A existência de um movimento indica que algumas forças estão sendo empreendidas na direção de algo. Movimentar-se de um ponto a outro, em se tratando da sociedade, significa que determinados agentes e/ou grupos sociais não estão satisfeitos com o *status quo* em que se encontram. Neste sentido, um movimento social sempre carrega consigo, ainda que por vezes de forma implícita, a perspectiva de transformação da sociedade. Isso configura o *ser* de um movimento social.

O impulso das forças com o intuito de realizar seus projetos e objetivos é composto de estratégias, mobilizações, discursos, articulações e lutas. Todo o conjunto de práticas e representações mobilizadas pelos agentes para que o movimento aconteça, configura o *fazer* de um movimento social. Este fazer se constitui dentro de um campo de disputas que envolvem seus seguidores e simpatizantes, bem como seus oponentes.

O movimento dos pequenos agricultores –MPA– emergiu em contexto de fortalecimento da democracia na sociedade brasileira, com forte atuação de vários movimentos sociais propositivos durante a década de 1990. Os impactos causados pela modernização da agricultura brasileira para com os agricultores de base familiar, sem recursos para aderir às inovações tecnológicas, comerciais e sanitárias, deixou parte destes desamparados. A resposta política a tal estado de coisas foi a organização de um movimento social que propõe uma via de desenvolvimento rural através da agricultura camponesa.

A partir da década de 1990 a agricultura brasileira passou por significativas mudanças decorrentes da liberação dos mercados e da introdução de novas tecnologias que proporcionaram o desenvolvimento das cadeias do agronegócio. Estas mudanças desencadearam maior competitividade do mercado de produtos agrícolas, drásticas oscilações nos preços dos produtos, novas exigências sanitárias e, de um modo geral, maior dependência do setor em relação às indústrias. Esse quadro de mudanças apresentou certas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

adversidades para os “pequenos agricultores¹” que precisaram (re) inventar suas formas de organização política.

A política de liberalização comercial da economia brasileira iniciou-se no final da década de 1980, com a redução gradativa de tarifas aduaneiras, com o fim da suspensão da importação de alguns produtos e com a redução de tributos sobre a importação (DELGADO, 2011, p.291). Na década de 1990, as políticas macroeconômicas de liberalização dos mercados dos produtos agrícolas foram tomadas como parte das estratégias de crescimento econômico configurando o que se denominou de política econômica do agronegócio.

Esse novo quadro político e econômico da agricultura demandou exigências de qualificações sanitárias, logísticas e de competitividade que jogaram a renda para baixo, o que favoreceu a produção em escala (WILKINSON, 2008, P.83-84). Por isso, a orientação da política do agronegócio acabou sendo mais favorável para os médios e grandes produtores. Em função das regras ancoradas pela Organização Mundial do Comércio – OMC – a política agrícola deixou de ser pontualmente reguladora, como a política de preço dos produtos, para assumir uma função mais efetiva no âmbito da política macroeconômica (BUAINAIN, 2007).

Do ponto de vista produtivo, as implicações dessa orientação das políticas econômicas e agrícola trouxeram inegavelmente uma nova fase de expansão produtiva para o setor do agronegócio (MALIN, 2002, p.204)². Entretanto, do ponto de vista social, a política agrícola aplicada durante a década de 1990 era adversa para a agricultura de base familiar, especialmente para os produtores menos “estruturados” economicamente. A

¹ A denominação pequenos agricultores era utilizada como elemento identitário por parte dos movimentos sociais e sindicais, especialmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados a CUT no Sul do Brasil. Posteriormente, com a construção da categoria Agricultura Familiar e de sua correspondente sociopolítica, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF-, tal denominação foi sendo substituída. O MPA, ao afirmar sua posição política, continuou utilizando a expressão pequenos agricultores. A fim de facilitar a dimensão discursiva, bem como por uma compreensão acadêmica, o presente texto utilizará a expressão agricultura de base familiar para designar genericamente os agricultores que fazem parte deste extrato social da agricultura brasileira.

² Marlin (2002) apresenta alguns dados apontando que a produtividade da agricultura brasileira saltou de 57,8 milhões de toneladas de grãos na safra 1990-1991, para algo próximo a 100 milhões na safra 2000-2001, resultados obtidos praticamente na mesma área de plantio.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

expansão do modelo agroindustrial intensificou os contrastes entre os segmentos patronais e os segmentos familiares da agricultura brasileira, sendo esta uma das razões para os movimentos de resistência camponesa no Brasil (PAHNKE, 2015). Com poucos recursos para fazer os investimentos necessários à produção e sem garantias diante das oscilações do mercado, restou aos agricultores de base familiar reconfigurar suas entidades representativas e suas próprias identidades sociopolíticas.

Diante de situação, entidades representativas como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG –, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST-, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs –, especialmente os filiados a Central Única dos Trabalhadores – CUT –, bem como com o apoio de outros movimentos sociais, reivindicaram a construção de políticas públicas específicas para os agricultores de base familiar. A principal conquista foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF .

No contexto da criação do PRONAF, devido às pressões dos movimentos sociais e sindicais, de estudos acadêmicos, bem como da necessidade de operacionalização desta política pelo Estado, emergiu a categoria Agricultura Familiar (GUANZIROLI, 2001; SCHNEIDER, 2003). Apesar do avanço em termos de políticas públicas proporcionado pela criação desta, a mesma não correspondia a grande diversidade socioeconômica existente no espaço rural como a dos agricultores familiares mais integrados às cadeias produtivas e a dos menos integrados e que estavam em condições precárias. Foi para representar estes últimos que o MPA foi criado no Estado do Rio Grande do Sul em 1996, nos chamados acampamentos da Seca (CANDONÁ, 2004; SILVA, 2014).

Teoria, metodologia e análise dos dados

A relação entre as posições ocupadas pelos agentes sociais e suas condições socioeconômicas, políticas e culturais produz a reunião desses agentes. “A proximidade no espaço social define uma potencialidade objetiva de unidade” (BOURDIEU, 1996, P.25). Embora isso não seja suficiente para assegurar tal unidade, é sobre esse assento social que determinadas formas de cooperação são construídas. A percepção do espaço social, dos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

agentes e de seus respectivos interesses, produz as divisões e os agrupamentos identitários que servem de substrato para as ações políticas.

Neste sentido, a constituição político-identitária do MPA, dentro do campo sociopolítico que envolve a agricultura brasileira, deu-se através da oposição à política do agronegócio. “A posição dos agentes no espaço social é um ponto de referência para a identidade, mas isso não significa que este espaço seja homogêneo” (BOURDIEU, 2004, P.155-156). Por isso as identidades se reconfiguram conforme as interações dos agentes com a dinâmica do mundo social e econômico.

A afirmação de uma identidade camponesa por parte do MPA pode ser entendida como um ponto de afirmação diante das (im)possibilidades criadas pela agricultura globalizada e competitiva do agronegócio. A trajetória de reivindicações políticas do MPA possui três fases. Na primeira, o movimento reivindica o acesso às políticas como o PRONAF, já que nem todos os agricultores conseguiam acessá-lo; na segunda ocorrem reivindicações para melhorias no programa, como a redução dos juros e a criação de programas diferenciados para atender às demandas plurais existentes; na terceira faz uma crítica incisiva à lógica de dependência da agricultura familiar ao agronegócio e afirma, assim, sua identidade camponesa.

É nesta última fase que ocorre uma guinada política importante no movimento com sua adesão à *Via Campesina*³. A denominação *pequenos agricultores* já sinalizava uma crítica à categoria agricultura familiar utilizada pelo Estado e por outras entidades representativas, sob o argumento de que esta indica uma posição de maior conformidade em relação às políticas de desenvolvimento rural do agronegócio. A partir disso o MPA retomou o termo camponês como recurso político para estabelecer uma identidade de contraposição à integração setorial ao agronegócio e ao mercado capitalista (SABOURIN, 2009).

³ A Via Campesina é um Movimento Social de caráter internacional que se constituiu na década de 1990. Em geral, é composta por um conjunto amplo de organizações e movimentos sociais de vários países que compartilham um projeto político de desenvolvimento rural diferente daquele que está estruturado hegemonicamente na atualidade. No presente trabalho fizemos o recorte de trabalhar com três movimentos ligados à Via Campesina: MPA, MMC e MST.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A partir da análise de conteúdo dos documentos produzidos pelo MPA, bem como de algumas entrevistas realizadas com integrantes do movimento, identificamos a recorrência da expressão *classe camponesa*. Entendemos que esta forma de apresentação se baseia na potencialidade objetiva de unidade que vincula os agentes sociais (BOURDIEU, 1996). A percepção dos agentes sociais de sua posição nos diversos campos da vida social faz com que sejam formuladas as autopercepções de suas posições no mundo social. A ideia de classe camponesa serve para diferenciá-los das demais categorias identitárias da agricultura familiar, vistas pelo movimento como “pequenos empreendimentos rurais”, isto é, com uma conotação mais próxima da lógica empresarial.

Pelo que nos foi relatado nas entrevistas com representantes no Estado de Santa Catarina, o MPA teve maior adesão nos municípios em que havia mais agricultores familiares em condições de pobreza (Entrevistas realizadas em 18/07/2017b e 28/07/2017). Neste sentido, notamos que há, na constituição do MPA, elementos que o identificam com um movimento classista, bem como elementos que o aproximam da mobilização identitária como ferramenta de agregação organizativa. Os termos não são excludentes, mas sim complementares diante da busca pelos agentes sociais por melhor alocação socioeconômica e autonomia na era da agricultura globalizada.

A interpretação sociológica dos movimentos sociais torna-se complexa pelo fato de que os mesmos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais (GOHN, 2014. In: GOHN e BRINGEL, 2014). Por isso, uma forma interessante de investigá-los é fazer com que a teoria social permita abrir pontos de análise e introduzir, no plano metodológico, doses suficientes de astúcia intelectual (FALERO, 2014. In: GOHN; BRINGEL, 2014). Isso nos faz entender que a compreensão dos movimentos sociais precisa levar em consideração as disposições objetivas de seus agentes no mundo social, bem como suas estratégias construtivas de identidades tendo em vista a busca por delimitar seu lugar neste mundo.

Uma característica do MPA é o esforço pela manutenção do formato da horizontalidade organizativa. Isso configura uma das dimensões democráticas do



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

movimento que é o formato participativo direto das tomadas de decisão a partir dos núcleos de base, formado pelas famílias nas comunidades rurais. Em seguida formam-se as coordenações municipais, regionais, estadual e a Direção Nacional. Os grupos de base são os locais onde as pessoas apresentam e discutem as demandas, enquanto que as demais instâncias fazem a articulação e coordenam as ações. (Entrevistas realizadas em 18/07/2017 e 28/07/2017). Esta configuração aproxima o MPA das práticas dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2014).

Uma característica dos movimentos sociais rurais no Brasil nas últimas décadas foi a comunicação e interação com o Estado (PAHNKE, 2015). Entendemos que, no caso brasileiro, o que proporcionou isso foi abertura institucional para uma via democrática de construção das políticas públicas que favoreceu a relação dos movimentos sociais com o aparato institucional do Estado (BOSETTI, 2013). Conforme nos informaram os participantes do movimento, isso teria acontecido especialmente durante os governos do PT (Luís Ignácio Lula da Silva entre 2002-2010 e Dilma Russef entre 2010-2016), através dos Conselhos Municipais de Agricultura e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável – CONDRAP-. (Entrevista realizada em 28/07/2017).

Isso nos indica que a atuação política do movimento se deu em consonância com a dinâmica das próprias políticas públicas. No primeiro momento, o movimento atuou através das mobilizações nas formas de protesto e reivindicações por políticas públicas; no segundo, com a abertura institucional do Estado, e com uma estrutura organizativa interna consolidada, participou da construção das políticas públicas, bem como, atuou estrategicamente na operacionalização de algumas dessas políticas que ajudou a construir.

O projeto político do MPA está alicerçado na ideia de uma agricultura camponesa de base agroecológica. O movimento não surgiu com este ideário, mas foi construindo-o com o passar do tempo. A ênfase do binômio campesinato/agroecologia tornou-se o pilar da estratégia política de construção de uma perspectiva alternativa ao modelo do agronegócio. Conceber isso como um projeto é significativo por se tratar de uma ação



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

política concertada, tendo em vista a construção de novas perspectivas de produção e de relações socioambientais.

O plano camponês do MPA pode ser assim sintetizado:

Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha. A luta por autonomia frente ao mercado e as políticas de industrialização da agricultura é uma constante. Essa luta se caracteriza pela produção incessante de uma base de recursos autocontrolada e autogerida e pelo desenvolvimento de formas camponesas de produção em cooperação com a natureza viva. A economia camponesa é um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura e relações sociais e interação com a natureza. A virtude de sua economia é constituir-se em unidade de produção e consumo, em ser espaço de convivência que através das comunidades e suas empresas cooperativas constroem uma relação ampliada, maior que ela mesma, unindo unidades de produção, comunidades e territórios. (...). <http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/programa-sustentabilidade-camponesa>).

Na história do campesinato é difícil tipificar o ser camponês com determinadas características, pois os assim designados camponeses diferem de maneira tão rica quanto o próprio mundo (SHANIN, 2005). Neste sentido, vemos que o uso do termo camponês pelo MPA é uma construção sociopolítica que visa à afirmação de uma forma de se viver e produzir. A retomada desta perspectiva se caracteriza como resistência aos imperativos do agronegócio. Ademais, a recomposição da categoria agricultura camponesa combinada às proposições agroecológicas reforçou a identidade política⁴ do movimento.

A forma de produzir não constitui necessariamente um modo de produção, mas uma forma específica de se produzir que pode ser compatível dentro de um modo de produção mais amplo (SHANIN, 2005). Neste sentido, a afirmação camponesa e o desenvolvimento de práticas agrícolas orientadas com base nesta forma de produzir tem se mostrado não só compatíveis com a produção capitalista hegemônica, mas como uma alternativa às

⁴ A identidade se faz através de um conjunto de posições dispersas e como forma de sobredeterminação estabelecida por elas mesmas. Isso significa que elas são construções sociais formuladas a partir das posições antagônicas criadas no âmbito sociopolítico (LACLAU; MOUFFE, 1985, P.158).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

adversidades da agricultura produtivista. O *ser* e o *fazer* camponês são política e socialmente reinventados.

A forma de conceber a produção e o uso dos recursos de forma otimizada na propriedade constitui o substrato do fazer da agricultura camponesa. Esta pode ser entendida, entre outras coisas, como a luta por autonomia num contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2008). Assim, o modo de fazer camponês consiste na criação e desenvolvimento de uma base de recursos, autocontrolada e autogerenciada, que fomentam a autonomia dos agricultores. Conforme entrevistado:

A ideia de agricultura camponesa envolve uma ideia mais comunitária, baseada em outras relações sociais. O movimento passou a afirmar este outro modelo de agricultura com sementes crioulas, com agroecologia, com controle da matriz tecnológica e com a necessidade da organização do campesinato em torno de experiência de produção (...). A gente entendeu que é a diversidade de produção que tem permitido ao campesinato a sobrevivência. Isso está associado à capacidade que o campesinato tem de diminuir o consumo e de aumentar o trabalho nos momentos de maior dificuldade (Entrevista realizada em 18/07/2017a).

Pode-se dizer que a afirmação camponesa, construída pelo MPA passa pelo fortalecimento da autonomia em relação aos fatores externos de produção. Dominar a tecnologia para a obtenção das próprias sementes e, a partir disso, produzir uma diversidade de produtos, são estratégias que fortalecem a autonomia dos agricultores. É esta autonomia que possibilita, em situações de dificuldades econômicas motivadas pelas oscilações climáticas e dos mercados, o enfrentamento das adversidades sem comprometer a unidade de produção.

Outro aspecto importante do fazer camponês, presente nas práticas dos agricultores do MPA, são as relações comunitárias de trocas de dia de serviço. Nos relatos de um entrevistado:

Às vezes é preciso de mão de obra externa ao núcleo familiar, em função da natureza do próprio serviço. Entre as famílias do MPA, diferentemente da lógica de exploração capitalista, isso configura uma necessidade criada pela dinâmica momentânea da atividade e não uma estratégia de utilização de trabalho alheio. Na nossa região, eles não negociam preço



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

do dia de serviço do vizinho. Funciona assim: o cara que precisa de ajuda vai lá e pede-a para o vizinho. A discussão do valor dessa ajuda só ocorre depois que o trabalho está feito e isso se dá, geralmente, com a troca de serviço ou com alguma soma em dinheiro. Felizmente, em nossa região, ainda existe esta disposição por parte das famílias para ajudar os vizinhos. Mas tudo isso não configura uma venda da força de trabalho por parte de quem está vendendo e, para quem está precisando de ajuda, não é uma lógica de que eu vou pagar para fazer o trabalho aqui porque vai ser mais rentável (Entrevista realizada em 18/07/2017 a).

Esta lógica de compartilhamento de dias de serviço, prática tradicional da agricultura de base familiar no Brasil, é uma estratégia camponesa para suprir a forma-trabalho necessária para o desenvolvimento pontual de algumas atividades. Isso acaba fortalecendo formas de sociabilidade.

No que tange a autonomia camponesa, uma das ações políticas concretas do MPA foi a produção e disseminação de *Sementes Crioulas*, isto é, sementes produzidas, preservadas e melhoradas pelos próprios agricultores. No Sul do Brasil, especificamente no Oeste do Estado de Santa Catarina, foi feita uma das maiores experiências de conservação e disseminação de sementes crioulas⁵ através da cooperativa OESTEBIO.

Entendemos que a prática da distribuição de sementes constitui outro desdobramento democrático do movimento. Possibilitar o acesso e a reprodução das sementes crioulas para outros agricultores, reduzindo assim sua dependência é uma forma de possibilitar formas de autonomia em relação aos imperativos das agroindústrias. Na medida em que o saber das sementes é compartilhado, os demais agricultores podem apropriar-se do mesmo e replicá-lo socialmente.

Esta estratégia faz parte do projeto político de contraposição ao controle exercido pelas grandes corporações do agronegócio no que diz respeito ao domínio das sementes, pois, desde as sementes híbridas até as transgênicas na atualidade, foi estabelecido um

⁵ A distribuição foi feita principalmente através de convênios via Políticas públicas de aquisição de sementes por parte do governo Federal. Após o Golpe político ocorrido em 2016 e as novas orientações do governo Federal, vários programas e políticas públicas sofreram cortes substanciais. Isso afetou diretamente os convênios de distribuição de sementes crioulas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

processo de dependência econômica que restringe a autonomia e a própria sustentabilidade das formas familiares de produção.

Conforme relata um membro do movimento:

A OESTEBIO foi criada com a intenção de massificar a produção de sementes crioulas (...) A gente começou o trabalho com as sementes crioulas em um momento de grande crise para a agricultura familiar no final da década de 1990. Neste momento, a produção feita com os híbridos, em nossa região, não superava muito a produção feita com as sementes crioulas. Como estas possuem um custo de produção bem menor, foi fácil convencer os agricultores a ampliar a produção com base nas sementes crioulas. Entretanto, faltavam sementes... Então foram feitas as festas das sementes crioulas nos anos de 2002, 2002 e 2004, 2007 e 2012. A partir destas construímos a decisão de criar a cooperativa para poder massificar a produção de sementes crioulas (Entrevista realizada em 18/07/2017).

A produção de sementes crioulas é concebida pelo MPA como uma primeira etapa do processo de transição agroecológica para a agricultura camponesa. A agroecologia tem como um de seus princípios a ideia do consorciamento de plantas. Este consiste na articulação entre o espaço e as atividades na qual se engendra uma espécie de modelo insumo-produto em que cada espaço/atividade gera insumos para outros espaços/atividades (WOORTMANN, 2009, P.120). A agroecologia em sua dimensão técnico-produtiva envolve algumas características como a diversidade e continuidade espacial e temporal das culturas, a policultura, o uso ótimo do espaço e dos recursos, a reciclagem de nutrientes que enriquecem o solo, a conservação da água, o controle da sucessão e proteção das culturas (ALTIERI, 1989, P.88).

Do ponto de vista técnico-produtivo, observamos que o caminho da agroecologia ainda encontra muitos desafios a serem superados. Em termos técnicos da transição agroecológica, os agricultores do MPA têm avançado em algumas práticas, conforme relata um entrevistado:

Na ideia de transição agroecológica, a gente tem feito, além do uso das sementes crioulas, a substituição dos insumos industrializados - fertilizantes e herbicidas -, pela utilização de adubos orgânicos e pó de rocha. Também temos utilizado insumos biológicos como fungos e bactérias que são patógenos para outros fungos, insetos e bactérias. A



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

gente tem feito controle da cigarra, um inseto que ataca a grama, de forma impressionante. E isso é feito com as vacas no pasto sem nenhuma restrição, porque não é um veneno! A gente também está inoculando nas sementes bactérias de vida associada que são aquelas que fazem um nódulo na raiz da leguminosa, mas também bactérias de vida livre, que é um negócio muito novo em termos de pesquisa. Estas disponibilizam fósforo e nitrogênio para as plantas e aumentam a absorção de água e outros nutrientes. O importante em todas essas tecnologias é que, ao invés de a gente ofertar nutrientes para as plantas, a gente aumenta a capacidade delas de buscar esses nutrientes! (Entrevista realizada em 18/07/2017 a)

Como podemos observar, há um esforço por parte do movimento em impulsionar a transição agroecológica, especialmente através da criação de novas tecnologias e biotecnologias. Entretanto, parece que há grande dificuldade de promover a transição em termos de consorciamento de plantas para gerar, através do equilíbrio ecológico, a autonomia do sistema produtivo. É fato que esta etapa demanda uma série de medidas e condições em termos de organização do espaço rural, da disponibilidade de mão de obra, da construção de mercado consumidor, entre outras.

No que diz respeito à construção de mercados alternativos, o MPA tem promovido em vários Estados brasileiros algumas práticas como o programa *Cesta Camponesa*. Esta consiste em uma estratégia de comercialização dos produtos dos agricultores camponeses através da Internet. Para romper com a lógica dos mercados convencionais, nos quais o produto do agricultor é adquirido por uma agroindústria e distribuído por redes de supermercados para depois chegar ao consumidor, os agricultores do MPA buscam vender o produto de forma direta ao consumidor.

Seguindo a lógica de outros movimentos mundiais nos mercados alimentares como o *Fresh Food* e o *Local Food*, a *Cesta Camponesa* busca aumentar a margem de lucro dos agricultores e, ao mesmo tempo, reduzir o preço dos alimentos ofertados aos consumidores. Neste programa, o consumidor faz uma espécie de cadastro, escolhe e encomenda os produtos que serão disponibilizados nos polos mais próximos da sua casa. Outra forma de criação de mercado, por parte agricultores do MPA, tem sido através das feiras volantes. Neste caso, praticado pelos agricultores do Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina, os



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

agricultores se deslocam até os bairros da cidade para vender seus produtos aos trabalhadores urbanos. (Entrevista realizada em 26/07/2017).

A valorização das relações comunitárias entre os agricultores, vistas anteriormente, são projetadas como um fundamento de solidariedade e integração social. Estes vínculos são concebidos pelo MPA com a ideia de solidariedade de classe, isto é, com a construção de vínculos identitários entre agricultura camponesa e a sociedade envolvente tendo em vista a projeção de um ideal de rompimento com as relações de dominação estruturadas pela sociedade de mercado.

A utopia política do MPA consiste na construção de novos sujeitos. O camponês deve ser um sujeito autônomo que produz alimentos sob a orientação da agroecologia; o trabalhador urbano deve romper com sua acomodação em relação aos mercados convencionais. A disposição social desses sujeitos, críticos e autônomos, fortaleceria a democratização da sociedade e possibilitaria a construção de novas formas de relações sociais, quiçá pautadas na confiança, na reciprocidade e na solidariedade.

As proposições do projeto político do MPA, através dos fundamentos sistêmicos presentes na agroecologia, buscam a superação da individualização da vida social no espaço e a harmonização da relação do homem com a natureza. A partir disso, observamos que o movimento busca alcançar formas de integração social campo-cidade através da criação de mercados alimentares alternativos.

A ideia central deste projeto é de que a classe camponesa deve produzir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora urbana.

Conforme programa apresentado no Congresso Nacional em 2015:

O Movimento dos Pequenos Agricultores propõem a “Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar” (...). Os camponeses querem produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo, os trabalhadores urbanos querem ter acesso a este alimento saudável a preços justos. Para tanto é preciso construir uma aliança de classe, capaz de recriar um sistema de abastecimento popular de alimentos, aproximando quem efetivamente produz para a alimentação da classe que vive do trabalho, mas não produz o alimento, retirando o atravessador desta relação. Para tanto é preciso desenvolver a organização camponesa e urbana, pensar a logística, etc. Portanto, o trabalhador urbano precisa



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sair da condição cômoda de consumidor, para ser sujeito no sistema agro alimentar. Isso o coloca a necessidade de se organizar como consumidor, em grupos informais, em cooperativas, etc. Os camponeses precisam organizar a produção, a agroindustrialização e o transporte dos alimentos, mas a distribuição nas cidades deve ser tarefa dos trabalhadores urbanos organizados. Esta organização urbana e camponesa, articulada como classe trabalhadora em torno da questão alimentar. (<http://mpabrasil.org.br/2106-2/>)

O Congresso Nacional do MPA de 2015, com o tema “*Plano Camponês, Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar*”, foi estrategicamente realizado em São Bernardo do Campo, cidade referência na história do movimento operário brasileiro⁶. Além de ambicionar uma luta política ampla, a articulação entre “a classe camponesa” e a classe operária visa romper com o sistema agroalimentar hegemônico. No intercambio destas relações sociais de troca econômicas, encontramos de forma subjacente a construção de formas de sociabilidade baseadas na confiança e na reciprocidade, práticas típicas do campesinato, que são estendidas para a sociedade envolvente.

Neste sentido, visualizamos outra dimensão democrática nas práticas do MPA que é perspectiva de democratização dos alimentos produzidos sob orientação da agroecologia. Sabemos que, em geral, o mercado destes alimentos ainda é bastante restrito para os grupos sociais de baixa renda. A construção da vinculação identitária entre classe camponesa e classe trabalhadora urbana, bem como a elaboração de estratégias de comunicação e comercialização visam aproximar estes indivíduos e, dessa forma, democratizar os alimentos produzidos de forma o mais natural possível.

Considerações finais

A presença de um movimento social em determinado contexto é uma expressão dos embates sociopolíticos existentes na sociedade. A integração de um grupo de indivíduos,

⁶ Nesta cidade emergiu um importante movimento de resistência operária durante a década de 1970. Sendo um dos principais polos industriais do país, no Estado de São Paulo, os operários do setor metalúrgico travaram uma luta por autonomia sindical e por melhorias nas condições de trabalho em plena ditadura Militar. Além de mostrar resistência à exploração do trabalho e à própria ditadura política, os operários fundaram a Central Única dos Trabalhadores –CUT–, marco da autonomia sindical no Brasil, e projetaram Luís Ignácio Lula da Silva, que na década de 2000 tornou-se presidente da república.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

constituindo uma identidade política, com o intuito de contrapor-se aos imperativos políticos e econômicos que regem a agricultura, bem como a defesa de uma nova forma de viver e produzir, é o combustível que alimenta as posições assumidas pelo MPA.

Ao assumir tais perspectivas políticas, o movimento coloca-se em uma posição bastante peculiar dentro do campo sociopolítico formado pelos grupos de interesse em torno do rural. O MPA faz uma oposição clássica à ideologia do agronegócio, inclusive em relação aos segmentos da agricultura de base familiar alinhados a tal posição. Para demarcar sua posição sociopolítica, assume a identidade da agricultura camponesa e agroecológica, por vezes combinada com a expressão classe camponesa.

O projeto político do MPA, substanciado na ideia de uma agricultura camponesa agroecológica, está alicerçado nos desdobramentos socioeconômicos e ambientais imperativos do agronegócio. Assim, a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, o elevado custo dos mesmos em relação à renda da maioria dos trabalhadores e a preocupação com a saúde coletiva, são elementos nodais que ligam o projeto político do movimento a expectativas e demandas sociais por segurança alimentar. A diversificação das formas de produção de alimentos e a democratização da sua distribuição são estratégias de fundo praticadas pelo MPA, tendo em vista novas formas de sociabilidade e integração social.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BALSADI, Otávio Valentim, et al. **Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na agricultura Brasileira no Período 1990-2000**. Agric. São Paulo, 2002. P. 23-40.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CADONÁ, Célio Valdemar. **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): o novo nasce das estradas**. Dissertação de Mestrado. Ijuí-rs: UNIJUÍ, 2004.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CARVALHO, Priscila Delgado de. O MPA ale da forma-movimento: anotações para uma história. **40º Encontro Anual da Anpocs, 24-28 de outubro de 2016, Caxambu-MG.**

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In: COSTA, Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges e SANTOS, Raimundo. **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad x, 2008.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980-1990. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

ELLIS, Frank. **Peasant economics: farm households and agrarian development.** Cambridge University Press, 1993.

FALERO, Alfredo. **Entre o rigor teórico metodológico e a criatividade. Algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina.** In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.) **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade.** In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.) **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, 2014.

GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia.** Buenos Aires: Fondo de cultura económica. 1985.

MALIN, Mauro. Agricultura e Reforma Agrária. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUERE-DO, Rubens. (org). **A Era FHC.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

PAHNKE, Anthony. Understanding rural resistance: contemporary mobilization in the brazilian countryside. **The Journal of Peasant Studies.** Vol.42, no 06, oct. 2015.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Sindicalismo da agricultura familiar e agroecologia no alto Uruguai- RS. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, número 24, p.153-172, jul/dez, 2011.

PLOEG, Jean Douwe Van Der. I contadini : fra pasato o futuro. http://www.jandouwewanderploeg.com/2/ITA/doc/I_CONTADINI.pdf, 2005.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SABORIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 19, nº. 31 pp. 10-31 Mai-Ago./2016

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Ano 08, n. 07; Julho/dezembro de 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, No 51. Fevereiro de 2003.

SILVA, Andrey. **Os movimentos sociais campesinos nacionais e a garantia dos direitos do cidadão brasileiro**. Seminário Nacional de Teoria Marxista. Uberlândia, 12 a 15 de maio de 2014.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN; Rosa Acevedo (orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol II. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

Documentos

Plano Camponês MPA. Por soberania alimentar e poder popular! Brasília: MPA, 2009.

Plano Nacional de Sementes Crioulas: rumo à soberania genética. Brasília: MPA, 2010.

Entrevistas

Entrevista realizada em 18/07/2017a

Entrevista realizada em 18/07/2017b

Entrevista realizada em 26/07/2017